Portfólio:

Ataque cibernético ao INCA prejudica atendimentos e mostra vulnerabilidade

Instituto Nacional do Câncer (INCA) sofreu, no último dia 27, um ataque cibernético que obrigou a suspensão dos exames de radioterapia em hospitais como o do Câncer 3, na Vila Isabel, zona norte do Rio de Janeiro, e especializado no câncer de mama.

Ainda não é sabido o que motivou a tentativa de crime, visto que a Polícia Federal mantém informações sobre suas investigações, porém, muitas dessas atitudes costumam ser baseadas em ganhos próprios, como golpes financeiros.

Uma das formas de aplicar esse tipo de crime é fazer com que serviços e dados sejam “sequestrados” e usados como uma espécie de moeda de troca, em um modelo de resgate, onde tudo seria devolvido com a realização do pagamento, que costuma ser alto, mas menor do que os custos de reparação e investimento maior, o que indica que seria melhor aceitar a proposta dos criminosos.

O nome dado a essa prática é “ransomware”, onde, como explica Luiz Madeira, CEO da GWCloud, “Os hackers criam uma espécie de vírus, que invade a base de dados da vítima e retém todas as informações valiosas. Algumas vezes, todos os serviços param de funcionar por essas práticas, e, em casos como o do INCA, pessoas podem sofrer com isso e terem sua saúde posta em jogo, como se fosse algo superficial. O ideal é sempre se impor e colocar a segurança em primeiro lugar, mas os recentes ataques têm atingido lugares mais sensíveis, nacional e internacionalmente, o que gera mais apreensão por quem é atingido”.

No caso do ataque ao INCA, ao menos 100 pessoas foram atingidas pela suspensão dos exames, que já retornaram mas novos não podem ser marcados ainda. Todos os computadores foram desligados no momento da invasão e os registros durante esse período foram feitos a mão.

Apesar da dor de cabeça, as operações puderam ser mantidas no máximo que foi possível e não houve nenhum tipo de golpe devido à ação de desligar a internet e a intranet no momento em que tudo estava acontecendo.

Na visão de Madeira, “As medidas tomadas pelos responsáveis no INCA e seus hospitais visaram impedir danos maiores. Evitar que a invasão seja concretizada é a melhor saída no momento em que os responsáveis a percebem. Porém, o ideal seria ter um mecanismo de defesa pronto, como é o indicado a diversas empresas.

É sabido que os órgãos públicos não visam lucros e têm como princípio o auxílio à população, mas esse se tornou um motivo a ser visado pelos criminosos, que sabem da importância do serviço e da necessidade de mantê-lo ativo”.

Como dito, essa prática de ransomware é bastante utilizada e produz uma situação de sequestro de dados. Porém, além dela, existem outras formas que danificam os dados em si, roubam informações dos clientes ou atacam diretamente a parte financeira. Essas e outras possibilidades devem ser contabilizadas na hora de montar um sistema de segurança digital, por mais que traga um aumento dos custos operacionais.

Erro contábil do Magazine Luiza põe em 'xeque' a confiança da sua governança corporativa

Após uma auditoria externa realizada nas informações contábeis da Magazine Luiza, uma das maiores varejistas da América Latina, ficou evidente um erro contábil que causou a redução do patrimônio líquido da empresa em R$830 milhões, o que gerou forte impacto no valor de suas ações na Bolsa de Valores.

Os impactos dessa descoberta não se limitam apenas a problemas de ordem financeira, mas também à credibilidade da empresa diante dos investidores, acionistas e o público em geral. A Magazine Luiza, sempre vista como uma empresa de excelente governança corporativa e transparência em seus relatórios financeiros, se vê com a confiança abalada, gerando incertezas quanto à gestão da companhia, como analisa o Dr. Nilton Serson.

“Erros contábeis têm diversas origens e causas, que vão desde lançamentos incorretos ou erros de classificação, omissão de transações ou fraude contábil. Em alguns casos, erros contábeis podem ser resultado de atividades fraudulentas. Isso pode incluir manipulação intencional de registros para ocultar perdas ou inflar os lucros”.

As informações que erros contábeis foram divulgadas pela própria varejista que, junto ao seu relatório de resultados, divulgou também informações sobre a investigação que estava sendo conduzida por auditores externos, sobre práticas ilegais envolvendo distribuidores e fornecedores que, supostamente, de acordo com denúncias, estariam envolvidos em operações de bonificação relacionadas à compras.

Apesar de, segundo a Magalu, terem sido comprovadas improcedentes as denúncias, durante as investigações foram encontrados os tais erros contábeis relacionados ao período de competência de bonificações em algumas transações

comerciais. Na prática, tratam-se de receitas de bonificação, que reduziram custos e contas de fornecedores, inflando o lucro bruto e líquido da companhia, com exceção do primeiro e segundo trimestre de 2023, quando o impacto foi negativo. Após a identificação dos erros, a Magazine Luiza informou os números corretos dos dados não auditados, divulgados em 2022: foram, por exemplo, R$190,9 milhões em prejuízo líquido, ao invés dos R$166,8 milhões que haviam sido apresentados - cerca de 30 milhões a mais de prejuízo.

Junto a todas essas informações, a varejista se viu obrigada a reajustar seu patrimônio líquido em R$829,5 milhões, tendo utilizado R$ 688,7 milhões (que, líquido de impostos, representou o montante de R$507,4 milhões), em créditos fiscais para abater parte do valor, o que, na prática, representou uma redução no patrimônio da empresa de R$322,1 milhões.

De acordo com o advogado Nilton Serson, especializado em direito comercial e corporativo, a varejista ainda pode enfrentar algumas questões legais, já que se submete, enquanto empresa de capital aberto, às determinações previstas na Lei 6.404/1976. Portanto, esse impacto ainda poderá ser avaliado e a companhia ainda poderá sofrer algumas sanções previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sem excluir outras possíveis penalidades vindas de outras esferas.

“No caso da Magalu eles agiram rapidamente e segundo a empresa, não foi constatada má-fé dos envolvidos, por isso o fato foi classificado como erro e não fraude.Quando um erro contábil é identificado, as empresas geralmente emitem correções por meio de ajustes de contabilidade. Esses ajustes visam corrigir os registros contábeis incorretos e refletir com precisão a situação financeira da empresa. É uma oportunidade de propor melhorias nas práticas de governança e implementar medidas para prevenir futuros erros”.

Vale lembrar que, no início do ano, a descoberta de fraude nas operações das Americanas foi um golpe muito forte na confiança do mercado, tendo em vista o rombo de R$20 bilhões, causando a busca de recuperação judicial por parte da também varejista.

O trauma causado pela concorrente, fez com que comparações passassem a ser feitas, devido à onda de incertezas causadas pelo incidente anterior. Por conta disso, o Instituto Empresa solicitou à B3 (empresa que gere a bolsa de valores) a suspensão imediata da MGLU3 do Novo Mercado e dos índices que integra. Entretanto, segundo especialistas, os casos apresentam diferenças.

Para o economista Felipe Pontes, da L4 Capital, a situação da Magalu não é tão dramática quanto pode aparentar. O problema foi pontual e o efeito no caixa já passou, além de já ter sido corrigido, não há crime, de fato. Porém, o tamanho dos

dois casos chama a atenção, visto que representavam quase 3 bilhões de reais, juntos.

Mesmo com o reconhecimento de créditos tributários de R$688,7 milhões depois de julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre PIS e Cofins, as ações da empresa não apresentaram melhora no dia seguinte, sendo negociadas em queda de 8%.

O diretor financeiro da companhia, Roberto Bellissimo, tentou acalmar o mercado, afirmando que não há necessidade de revisitar números anteriores a 2022 e que os erros foram pontuais. “A empresa está convicta de que esses são os números finais. […] Os processos de auditoria do terceiro trimestre foram bem revisados”, relatou.

Lesão no metatarso pode atingir a todos mas é pouco conhecida

No início de janeiro, Giovanna, participante do reality Big Brother Brasil, sofreu uma fratura no metatarso e não pôde participar em uma prova do líder na edição. Essa fatura é conhecida de boa parte do público ao envolver outro famoso, porém atleta, Neymar. Diversas vezes ele sofreu lesões no local, além de ter sofrido com a fratura em si no ano de 2018, fazendo com que quase ficasse de fora da Copa do Mundo da Rússia. Antes, porém, um edema na região já incomodava o jogador desde 2014, quando ainda atuava pelo Barcelona.

Para entender o que implica ter uma lesão nesse osso, é preciso ter noção de como funcionam as ligações no pé. Os dedos precisam ser ligados ao tornozelo, para que o movimento e a sustentação sejam completos e bem feitos pelo corpo. No caso do pé, eles possuem três tipos de osso ligando tudo o que é necessário. O conjunto de ossos que são chamados, propriamente, de dedos, recebem o nome de falanges. Na parte que recebe o nome de calcanhar, eles representam o Tarso.

“É justamente na parte que faz a junção dessas duas áreas onde fica o metatarso. Esses ossos são bem maiores que os outros do pé e são divididos em cinco, para cada dedo. Conforme a ligação, o tamanho do osso será diferente, e o tratamento pode variar também”, explica o ortopedista, especialista em pé e tornozelo, Dr. Tiago Baumfeld.

Os casos envolvendo a sister e Neymar, curiosamente, envolvem o mesmo metatarso, o quinto. Ele é o maior deles e faz a ligação do dedo mindinho com o calcanhar. Segundo Baumfeld, as fraturas e lesões são mais comuns nos mais próximos ao dedão, e ocorrem por impacto direto ou esforço repetitivo do local, o que não ocorre nesses casos mais famosos, implicando em situações que envolveram algum impacto forte.

O problema desse problema ocorrer passa pela importância do local e o tempo de duração que a recuperação exige. Como aponta o médico, “A importância deles para o corpo é por fornecerem uma base sólida para o corpo e estarem diretamente envolvidos na distribuição do peso durante a caminhada e corrida. Nesses casos de fratura, o tempo de afastamento pode variar com base no metatarso afetado e na gravidade da lesão. Fraturas simples podem exigir cerca de 6 a 8 semanas de imobilização e reabilitação, enquanto fraturas mais complexas podem requerer mais tempo”.
O ocorrido com Giovanna fez com que ela andasse com uma bota pela casa e exemplifica uma das maneiras de tratamento em casos como o dela. Já para atletas, como foi o caso de Neymar, a cirurgia pode ser a mais indicada. Além dessas formas de tratamento, fisioterapia e medicamentos podem ser descritos para ajudar o paciente, caso ainda não seja uma fratura.

Por ser uma região de tamanha importância, qualquer tipo de trauma pode representar um problema sério e consequências debilitantes. Para que isso não ocorra, é possível buscar formas de prevenção, especialmente os não atletas, que não correm o risco de algum fator externo prejudicar os ossos.
“Sapatos e treinamento adequados, fortalecimento muscular, evitar atividades de alto impacto e aumento gradual da intensidade dos treinos são formas de diminuir a possibilidade de contusões. É importante lembrar que, por mais que não seja um atleta, um edema ou uma fratura podem acontecer a qualquer momento”, explica Baumfeld.

Ativo moeda pode ajudar na preparação para a nova reforma tributária

Com a reforma tributária aprovada no segundo semestre do ano passado, as formas com que as empresas e pessoas pagarão seus impostos mudarão. Para que cada um se adeque da melhor forma, o prazo até a atualização dos novos impostos, além da extinção de alguns conhecidos, será de 10 anos, a contar de 2024. Logo, quando o ano de 2033 terminar, a nova reforma estará completa.

Durante esse tempo, será necessário entender como cada mudança afeta a vida de todos, especialmente das empresas, que devem cuidar de todas as documentações e maneiras de manterem suas imagens limpas perante o governo, após o período de implementação da reforma.

Apesar da mudança dos impostos, uma das formas de lidar melhor com as futuras cobranças, de um jeito que busque a continuação do lucro, é apostar em permissões que a lei oferece aos negócios, facilitando a contabilidade da empresa e

oferecendo a oportunidade de entrar na próxima década com o terreno pronto para os impactos dos primeiros anos, até tudo se tornar natural.

Nesse sentido, o Ativo Moeda, apresentado pela empresa de soluções tributárias Monetali, se torna um dos caminhos a serem tomados pelas empresas que planejam se preparar para a primeira metade da década de 2030. A empresa é reconhecida por estratégias para a diminuição de impostos em até 90 dias (o Ativo Moeda), que permite pagar as guias mensais de contribuição previdenciária com redução de até 20%, que vem sendo usado há mais de 10 anos e já beneficiou diversas empresas pelo Brasil. A oportunidade tributária se dá através da aquisição de saldo credor de INSS de empresas com retenção e que possuem ação com trânsito em julgado que permite a comercialização desse saldo. Além disso, a operação é fiscalizada pelo INSS e a compensação é homologada tacitamente pela RFB (Receita Federal do Brasil), sem a necessidade de processo administrativo ou nova ação judicial, representando uma solução legal e segura para pagar menos impostos.

Na visão de Ronison Martins, CEO da empresa, “ao planejar os anos seguintes, até o prazo de 2033, utilizar um recurso legal e seguro, como o Ativo Moeda, pode ser a forma de ‘estocar’ recursos para os anos em que a nova reforma já estará em vigor, mas ainda com certos impactos, por ainda ser algo novo para muitas pessoas. É importante lembrar que é comum, apesar de não ser aconselhável, que alguns empresários e muitas das pessoas de diversas áreas da sociedade começam a se preparar para as futuras mudanças muito perto do prazo estipulado. Quando isso ocorre, há um caos instaurado nesses empreendimentos e compreensões, fazendo com que esse momento seja de muita incerteza. Entretanto, para as empresas que já começaram sua busca pela organização agora, munidas do Ativo Moeda, a tendência é que os anos 2030 sejam tranquilos, devido às suas ações de agora”.

Por ser uma maneira presente na legislação brasileira, como dito, não há qualquer complicação quando a operação é solicitada por alguma empresa. O que ocorre é que, quando uma empresa encerra suas atividades, ou entra em falência, o saldo acumulado desse valor se perde pois não há mais como utilizá-lo. Dessa forma, algumas empresas buscam caminhos de usar esse valor. Uma saída seria entrar com um pedido de restituição, o que, devido a burocracia e demora, se mostra pouco viável, fazendo com que muitos empresários não optem por ela, visto que o saldo vira precatório e acabam, muitas das vezes, não tendo acesso a esses valores em menos de 10 anos. Assim, a solução mais interessante é, utilizando o judiciário, buscar a possibilidade de cessão desse valor, com deságio, para empresas que consigam fazer uso imediato, transacionando-o para o pagamento das obrigações previdenciárias.

Como Ronison explica, “o melhor aproveitamento das regras tributárias é um trabalho que vai além da contabilidade. É necessário que advogados, contadores e

financistas estejam alinhados e atuando em conjunto na busca pela revisão dos impostos. No momento atual, e no novo cenário, após uma década, a compreensão da legislação vigente e sua aplicação estratégica determinam o sucesso da operação".

Luto passa a ser problema quando prejudica a rotina, se estende demais ou impacta negativamente a saúde mental

No ano de 2022, a fase de luto prolongada passou a ser considerada um transtorno mental, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir da Classificação Internacional de Doenças (CID), e pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), em seu manual de diagnóstico de transtornos mentais.

O processo de luto, em si, é normal a partir do momento em que se cria um vínculo afetivo, com outra pessoa ou animal, e a perda passa a ser motivo de sofrimento. Todas as fases do luto devem ser vivenciadas em sua plenitude e respeitadas. No entanto, quando o período em que alguém sente essa dor passa a ser maior do que o esperado e os sintomas passam a ser engatilhados pela perda, de forma específica, é caracterizado o transtorno, agora com classificação oficial.

Dentre os sintomas que podem ser apresentados, todos possuem correlação com a ansiedade e a depressão, sendo diferentes a depender da idade de quem está sofrendo. Em crianças e adolescentes, as reações mais frequentes estão ligadas à sensação de abandono e rejeição, apresentando comportamentos mais isolados e retraídos, além de dificuldade de concentração, de socialização e de sofrimento agudo.

No caso dos adultos, os sintomas estão ligados à dificuldade de concentração e produção, ao sentimento de incapacidade e à desvalorização da vida. Nessa fase da vida, é comum apresentar a falta de desejo de viver, com sintomas como a falta de libido, de vontade de namorar e de ter vida pessoal.

Por ser algo que ocorre em qualquer momento da vida de uma pessoa, o ideal é que, ao perceber que o luto está causando mais problemas do que deveria, quem está sofrendo busque eliminar o problema o quanto antes, para evitar que as complicações se estendam de forma indeterminada.

Para isso, o normal a ser indicado é a busca pela ajuda psicológica, com as terapias convencionais. Entretanto, elas podem apresentar um obstáculo que atrapalha a solução do próprio transtorno, pelo costume de levarem um tempo demasiado até

chegar na fonte do problema, além de, muitas vezes, não resolverem os gatilhos na sua totalidade.

Nesse momento, segundo o psicólogo Jair Soares, criador da Terapia de Reprocessamento Generativo (TRG) e presidente do Instituto Brasileiro de Formação de Terapeutas (IBFT): “O paciente tende a perder a fé nos tratamentos tradicionais e pode passar a ver a área da saúde mental com desconfiança. Porém, existem formas de burlar esse sentimento de descrença, sendo, uma delas, a busca por ferramentas que realmente façam o que se predispõe à pessoa. Neste sentido, destacamos a TRG”.

Essa nova modalidade de tratamento possui protocolos especializados em buscar a fonte dos problemas da pessoa, analisando sua história de vida desde o princípio. Mesmo que o transtorno do luto prolongado esteja diretamente ligado à perda, a TRG se compromete a entender os motivos que fizeram desse momento uma fase tão demorada de sentimentos ruins e dificuldades extremas.

Como estuda todos os passos de uma pessoa, a TRG tem como ideal a luta contra as crenças limitantes que podem ter levado alguém a se prender tanto a um sentimento ruim, porém natural.

“Infelizmente, todo mundo está sujeito a se aproximar de algo ou alguém, criar um vínculo muito forte e vê-lo sendo quebrado de forma repentina. Esse baque que é causado pela perda é comum, mas ninguém é ensinado a se preparar. Agora, quando o luto começa a atrapalhar a continuidade da vida de uma pessoa, esse ciclo natural que faz com a gente siga a vida passa a apresentar um problema muito sério e que necessita de máxima atenção e urgência. A TRG é focada em entender o que fez com que esse ciclo tenha sido rompido e fazer com que ele volte ao normal, sem a menor possibilidade de recaída, como acontece nos tratamentos tradicionais”, aponta Jair Soares.

Portanto, quando a falta de alguém começa a surtir um efeito muito pior do que deveria, a primeira atitude a ser tomada deve ser a busca por um profissional de qualidade e que inspire a confiança devida, para cuidar de um ponto tão sensível da vida.

Como explica Jair, “O paciente precisa saber que será reprocessado e poderá contar com o terapeuta, tendo a certeza que o objetivo em comum dos dois é a resolução completa do luto”.

Apreensão preventiva contra atleta do Vasco acende alerta sobre o caso

Na terceira semana deste mês, ainda na segunda-feira, um jovem atleta do Club de Regatas Vasco da Gama foi levado à delegacia e acusado de furto de um aparelho de telefone celular. O garoto, de apenas 14 anos de idade, faz parte do grupo do Remo do clube, que treina na Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul da cidade, e voltava para casa quando foi abordado por policiais militares e retirado do veículo para seguir à delegacia.

A mãe do menino entrou em contato com o Vasco quando soube do ocorrido, e a instituição emitiu uma nota oficial se posicionando contra a ação dos oficiais, deixando claro a posição social do atleta, ao morar no Morro do Tuiutí e ser negro. Em trecho, o clube afirmou que “O fato do jovem ter se apresentado como atleta do Vasco da Gama e mostrado documento do clube foi desconsiderado. A autoridade policial não fez contato com o Vasco da Gama”. Além disso, o garoto foi enquadrado como “adolescente infrator” e o caso será alvo de ação jurídica por meio do Vasco, contra a atitude do estado.

Para Nilton Serson, advogado defensor de causas que lutam contra qualquer tipo de preconceito, “esse tema da ‘apreensão preventiva’, como tem sido chamada no Rio de Janeiro, já se mostra como um grande problema para a sociedade. Quem define quais são os critérios para prender alguém ou levá-lo para a delegacia? Esse caso do menino não apresenta motivo algum. Há denúncias de pais e familiares de que a conduta segue uma linha racial e social. O estado e a Polícia afirmam que não existe esse viés. Será sempre a palavra de um contra o outro, enquanto erros como esse poderão ocorrer a qualquer momento e sem solução”.

A prática começou ainda no ano de 2023 e virou debate entre os Ministérios Públicos do Rio e de da Federação. Atualmente, há ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão, a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR).

A família do atleta tentou contato com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e está com o caso, segundo a assessoria de imprensa do próprio órgão. O primeiro atendimento está marcado para os próximos dias.
Reprodução

Além disso, a assessoria da Polícia Militar informou que os telefones foram devolvidos às vítimas. Porém, uma delas acompanhou a equipe até a unidade policial e não reconheceu os envolvidos como autores do furto. Os acusados foram conduzidos à 4ª Delegacia de Polícia, localizada na Praça da República, onde o fato foi registrado. Após isso todos foram liberados.

“Nesse caso, é preciso reconhecer que a população brasileira ainda apresenta diversos casos de racismo. Agora, a principal acusação de quem é alvo da apreensão, e de seus familiares, é exatamente de ações realizadas baseadas em estereótipos raciais. Além disso, a visão popular já começa a questionar as ações policiais apontando o mesmo motivo”, aponta Serson.

Durante o processo, o clube cuidará de todo o processo e será o responsável pela não divulgação do nome de seu atleta. Entretanto, como aponta Nilton Serson, “isso não será possível para quem não tem assessoria e suporte jurídico”.

Caso Cariani mostra a necessidade dos peritos nos processos legais

Nos últimos dias, uma operação deflagrada pela Polícia Federal identificou a possibilidade de fraudes fiscais do empresário Renato Cariani, que teria falsificado notas de compra de produtos químicos, vendidos por sua empresa. Esses produtos seriam utilizados para a fabricação de medicamentos de empresas como a AstraZeneca, mas, segundo as investigações, eles eram desviados para a fabricação de drogas ilícitas, como a cocaína e o crack.

Após a busca e apreensão feitas pela Polícia, os próximos passos da investigação devem se debruçar em quem recebeu essas falsas vendas para a produção ilícita e nas supostas fraudes realizadas pela empresa de Cariani.
Nesse sentido, a justiça deve buscar formas de analisar as notas apresentadas para identificar alguma possível irregularidade. Quem será chamado para essa função será um perito especializado nessa atividade, sendo um dedicado à alteração de documentos.

Essa área de atuação faz parte de uma seara maior, a Perícia Documentoscópica, cuja finalidade é investigar todas as possíveis fraudes em documentos, que variam de assinaturas, escrita em geral, grafia, equipamentos utilizados, veracidade dos papéis, tipo de papel utilizado, entre outros.

“No caso citado, de alteração de documentos, o perito deve analisar a chance de falsificações como rasuras, montagens, alteração de dados. Nas notas pegas pela Polícia Federal, a acusação a ser averiguada é a de alteração de dados, visto que os nomes das empresas farmacêuticas estavam lá para a criação de veracidade da venda. Além disso, há a chance de rasuras também”, explica o professor e perito da Jus Expert, Dr. Gleibe Pretti.

Essa forma de análise ainda não é totalmente reconhecida pelo público. Recentemente, casos que necessitavam de peritos dessas áreas foram aparecendo com o envolvimento de pessoas mais famosas para as pessoas. O ex-marido da apresentadora e empresária Ana Hickmann, Alexandre Correa, foi acusado de falsificar as assinaturas da então esposa em empréstimos bancários. Ainda neste mês, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, foi acusado de falsificar selos que garantiam a chancela para posse de aves silvestres. Mesmo assim, a ideia geral ainda é a de que, para ingressar nessa função, é necessário uma graduação, como a em Direito.

Porém, ao contrário da noção popular, “isso não é necessário para quem quiser entrar na carreira de Perito Documentoscópico. Claro que escolher uma boa escola para o curso fará total diferença, mas, basta que, após a conclusão do curso, o pretendente se inscreva com um certificado reconhecido nos Tribunais de Justiça, ficando apto para ser nomeado em processos que dele necessitarem”, como explica o Dr. Gleibe Pretti.

Seja no caso de Cariani ou em qualquer outro, os passos seguintes após a análise são os de ouvir o que o perito descobriu e seguir com o processo legal. Se houver indício de fraude, o julgamento seguirá e a justiça determinará quais serão as penas a todos os envolvidos.

Ativo Moeda é apresentado em evento em Manaus

Devido a concentração de pessoas e empresas na região sudeste do país, mesmo com a zona franca de Manaus e isenções tributárias governamentais, os pequenos e médios empresários sentem dificuldade de sustentar seus negócios no norte do Brasil mesmo com a necessidade de seus produtos. Competir com os grandes se torna uma tarefa cruel e pouco lucrativa.

Por conta disso, o desafio que ronda a contabilidade dessas empresas é, na maioria das vezes, o de honrar seus compromissos e ainda ter lucro, se mostrando viável. Entretanto, as possibilidades são menores em cidades e estados com menos população.

Ao contrário do que se pensa ser comum em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, capitais como Manaus apresentam exatamente esses problemas em suas empresas. Apesar do alto fluxo de pessoas, até por sua importância regional, política e turística, os manauaras precisam fechar suas contas da melhor forma possível, tentando evitar futuras dificuldades.

Porém, uma das formas de se evitar fechar o mês fazendo contas, é utilizando os caminhos possíveis por lei, aproveitando os descontos disponíveis em impostos, gerando espaço para lucros e de forma totalmente legal.

Pensando nisso, a Monetali realizou um evento que contou com 12 empresários da capital amazonense para apresentar uma das estratégias possíveis para enfrentar esse problema. Com um dos principais produtos que o grupo oferece, o Ativo Moeda, as contabilidades dessas empresas poderiam contar com ajuda para aliviar seus gastos.

O Ativo Moeda baseia-se em adquirir créditos judiciais com trânsito em julgado, permitindo transferência a terceiros e/ou habilitação direta na Receita Federal. Uma vez que a empresa se torna a nova proprietária legal, é possível usar o saldo legalmente, de forma clara e transparente, para pagamento de impostos mensais.

Como explica Ronison Leal, CEO da Monetali, “A operação completa leva até 90 dias para estar disponível, mas temos tido êxito em menos tempo que isso”. Sua viabilidade é respaldada pelo Código Civil, que autoriza a cessão onerosa de créditos, desde que a natureza da obrigação, a lei ou a convenção com o devedor não se oponham.

No almoço, foram compartilhados casos de grandes empresas de Manaus usando o Ativo Moeda como estratégia de negócio. Foi dito que uma delas planeja investir em um novo parque tecnológico, financiado via BNDES e pagando com a economia mensal nos impostos. “Nossa ideia é informar que o Ativo Moeda vai além de ser apenas uma opção, sendo uma estratégia complementar e essencial para empresários que buscam uma abordagem abrangente na gestão tributária, assegurando resiliência e otimizando a eficiência financeira em qualquer contexto político”, complementa Ronison.

Em um ambiente fiscal dinâmico, as estratégias de impostos tornaram-se vitais na gestão empresarial. Empresas proativas no planejamento tributário estratégico, explorando incentivos fiscais, utilizando tecnologia eficaz e mantendo padrões éticos, estão posicionadas para navegar com sucesso pelo complexo labirinto tributário. Isso garante crescimento sustentável e contribui para o bem-estar econômico geral.